



LUTA E RESISTÊNCIA PARA PERMANECER NA TERRA: RELATOS DO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA – CAMPO VERDE - MT

Rodrigo Klinsmann Silva do Amaral ¹

RESUMO

Uma das características do campo brasileiro são os conflitos por terra. O modo capitalista de produção se territorializa ao mesmo tempo em que impõe o deslocamento e a desterritorialização de populações tradicionais. A luta pela terra surge, então, no combate a expropriação a qual os trabalhadores rurais encontram-se submetidos. O Assentamento Santo Antônio da Fartura é fruto da luta desses camponeses desterritorializados. A realidade de luta por um lugar para viver e produzir é demonstrada por meio de relatos orais. Assim, os assentados puderam recontar as dificuldades encontradas, a superação e a resistência, a fim de permanecer na terra. Hoje o Assentamento Santo Antônio da Fartura vive realidade distinta da vivida nos primeiros anos após sua implantação. A transformação socioeconômica é relatada com júbilo pelos moradores que atualmente colocam-se diante da sociedade como importantes produtores e abastecedores de produtos agropecuários.

Palavras-chave: Assentamentos, Luta pela Terra, Reforma Agrária.

ABSTRACT

L'une des caractéristiques de la campagne brésilienne sont les conflits fonciers. Le mode de production capitaliste est territorialisé en même temps qu'il impose le déplacement et la déterritorialisation des populations traditionnelles. La lutte pour la terre naît donc de la lutte contre l'expropriation à laquelle sont soumis les travailleurs ruraux. La colonie de Santo Antônio da Fartura est le résultat de la lutte de ces paysans déterritorialisés. La réalité de la lutte pour un lieu de vie et de production est démontrée à travers des témoignages oraux. Ainsi, les colons ont pu raconter les difficultés rencontrées, les dépassements et les résistances, afin de rester sur la terre. Aujourd'hui, la colonie de Santo Antônio da Fartura vit une réalité différente de celle vécue dans les premières années après sa mise en œuvre. La transformation socio-économique est signalée avec joie par les habitants qui sont actuellement confrontés à la société en tant que producteurs et fournisseurs importants de produits agricoles.

Mots-clés: Colonies, Lutte pour la Terre, Réforme Agraire.

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, rodrigoamaraal@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A realidade do campo brasileiro é permeada por injustiças, conflitos e migrações. Tal realidade se inicia ainda durante o domínio português, com a política de Sesmarias e, posteriormente, com a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Políticas governamentais que contribuíram para a concentração de terras e a expulsão do camponês para as cidades.

Dessa forma, a reforma agrária surge com papel importante no processo de descentralização fundiária, bem como instrumento de reterritorialização de camponeses antes expropriados. Assim, o presente trabalho aborda os conceitos acerca do território. A questão agrária brasileira e a reforma agrária são outros pontos a serem discutidos.

O aporte teórico citado serve como base para entender como se deu o processo de luta no Assentamento Santo Antônio da Fartura, localizado no município de Campo Verde – MT, à 133 quilômetros de Cuiabá. Utilizou-se então de entrevistas realizadas com os assentados no dia 19 de janeiro de 2019, as entrevistas foram do tipo abertas, assim o entrevistado pôde discorrer sobre o tema mencionado sem interrupções, proporcionando um rico material acerca dos mais diversos temas relacionados ao Santo Antônio da Fartura.

Objetiva-se neste trabalho trazer os relatos do período de acampamento e dos primeiros anos pós-implantação do assentamento, período caracterizado como de intensa luta, seja na conquista, seja para permanecer na terra.

Dessa forma, o trabalho divide-se em quatro partes: a primeira consiste no aporte teórico trazendo um levantamento sobre os conceitos de território, territorialização e desterritorialização e em como eles se relacionam com a questão agrária. Em seguida há a discussão a respeito da questão agrária e da reforma agrária. A segunda trata-se da metodologia empregada. A terceira parte é/será composta pelos resultados; será feito um breve histórico, bem como a descrição do assentamento. Nessa parte também estará presente os relatos dos assentados. Por fim, as considerações finais poderão informar como o processo de luta colaborou com a formação da identidade desses assentados enquanto camponeses e enquanto classe.

METODOLOGIA



O presente trabalho pretende expor por meio de relatos como se deu o processo de luta e quais foram as dificuldades enfrentadas pelos assentados logo após a implantação do assentamento. Assim, é possível compreender que o processo de luta não termina com a passagem de sem-terra para assentado.

Desse modo, divide-se a pesquisa em teoria, fundamentada no método dialético, em que procura-se discorrer acerca da questão agrária brasileira e dos conceitos de territorialização e desterritorialização dentro de um contexto histórico, social, político e econômico. A outra parte da pesquisa está presente por meio do empirismo, realizada através de entrevistas com os assentados do Assentamento Santo Antônio da Fartura. 8 do total de 9 entrevistas foram realizadas em 19/01/2019, a outra entrevista foi realizada na sede do Incra em Cuiabá. Todas fizeram parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado Análise do modo de vida camponesa no Assentamento Santo Antônio da Fartura – Campo Verde-MT.

Foram realizadas entrevistas abertas, a qual acontece com a proposição de um tema, cabendo ao entrevistador tomar o cuidado de interferir apenas quando houver real necessidade. Pois dessa maneira o entrevistado tem a liberdade de expor seu ponto de vista sem correr o risco de ser induzido a algo (BONI; QUARESMA, 2005). Esse tipo de entrevista possibilitou um rico material acerca da trajetória dos assentados do Assentamento Santo Antônio da Fartura.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entender a realidade do campo brasileiro requer entender como se dão os processos de territorialização e desterritorialização, uma vez que o campo é marcado por disputas entre distintos grupos. Pereira (2016) apresenta que compreender o conceito de desterritorialização depende da ênfase que se dá na leitura sobre o território, podendo ela ser econômica, cartográfica, técnico-informacional, política ou cultural.

Dentro do contexto marxista, a desterritorialização é parte do processo de expansão do capitalismo, uma vez que o capitalismo necessita criar novas demandas para que continue se territorializando. Nesse sentido, Santos (2007) relata sobre as empresas que em sua competitividade procuram alcançar as menores fatias do mercado, com isso uma pequena quantidade de empresas controlam outras diversas, criando assim uma grande rede de tentáculos que atua nos diferentes mercados.



Ao se tratar de território, Santos (2007) alerta para a não limitação desse conceito apenas como conjunto de sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas, o que deve de fato ser entendido é o que o autor chama de *território usado*:

[...] o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Dessa forma, o estudo dentro de uma perspectiva geográfica do território é baseada no uso que é dado à ele e não apenas no “território em si”. O território também pode ser compreendido por meio das relações de poder existentes, sejam elas de cunho político-econômicas, seja por aspectos culturais, sem estar uma completamente dissociada da outra; o território e a territorialização são frutos das interações entre esses elementos (PEREIRA, 2016).

Apoiada em Haesbaert (2004), Pereira (2016) afirma que os territórios são produzidos pelos sujeitos que nele habitam e a destruição do território leva esses sujeitos à extinção, bem como sua identidade e grupos sociais. Por conseguinte, surgem os movimentos de resistência a fim de impedir sua desterritorialização e a destruição de seus territórios.

Os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por exemplo, articulam-se por meio de ocupações, que também podem ser compreendidas como uma forma de territorialização, uma vez que o controle parcial exercido na porção de terra ocupada visa dar visibilidade e chamar a atenção dos órgãos competentes. Assim as ocupações fazem parte do processo de conquista do território camponês, que neste caso é a implantação de um assentamento.

Todavia, a conquista da terra por meio do assentamento não significa o fim do processo de luta desses camponeses, pois então surge o problema de como estabelecer, organizar e viabilizar economicamente a terra conquistada. É necessário que hajam políticas públicas com objetivo de alterar o modelo agrícola e tornar esses assentamentos viáveis.

QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

Para que se possa alterar o modelo agrícola brasileiro, deve-se também alterar a estrutura agrária atualmente existente, e para isso se faz necessário conhecer a questão



agrária brasileira. A qual pode ser interpretada “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005, p. 303).

O ponto central da problema agrário brasileiro está na concentração de terras, que juntamente com o latifúndio improdutivo gera conflitos no campo, e a ausência de uma efetiva reforma agrária contribui para a concentração de terras e riquezas nas mãos de uma pequena parte da população. A reforma agrária deve então alterar a estrutura fundiária e democratizar o acesso à terra, como ressalta Pereira (2016):

[...] devemos entender a reforma agrária como um processo amplo de redistribuição de terras, fazendo com que essas cumpram o seu papel social. Permitindo o acesso a terra para aqueles que não a tem mas querem viver dela. Eliminando, desta forma, a estrutura latifundiária existente e atingindo primeiramente as grandes propriedades brasileiras que não estão cumprindo sua função social. [...] Com a reforma agrária conseguiríamos atingir maior democratização no campo brasileiro; criando um novo modelo de estrutura agrária, apoiada em maior proporção, na pequena propriedade familiar camponesa (PEREIRA, 2016, p. 58).

Dessa forma, a criação de assentamentos é uma importante ferramenta pra tornar o acesso à terra mais democrático. Assim, Martins (1999) conceitua assentamento e reforma agrária da seguinte forma:

[...] assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade” (MARTINS, 1999, p. 107).

Martins (1999) afirma que a questão agrária possui sua própria temporalidade, que esta não se altera com a troca de governos, dessa forma as políticas agrárias devem ter continuidade, e a ferramenta para isso é a reforma agrária. Porém esta não deve limitar-se a resolver conflitos pontuais e sim viabilizar uma mudança estrutural. Portanto, a reforma agrária necessita ser vista em termos qualitativos, de modo a aumentar o lugar da agricultura familiar no sistema econômico.

Entende-se então que a reforma agrária deve atuar como agente de mudança da estrutura agrária vigente, a fim de permitir o acesso à terra daqueles que não a possuem, além de integrá-los ao sistema econômico.

É importante destacar que no Brasil nenhum governo realizou de fato uma reforma agrária, o pouco que é alcançado pelos movimentos socioterritoriais são fruto da luta dos



trabalhadores sem terra. E é durante o processo de luta que os sem terra passam pela experiência de uma nova realidade “as experiências de luta e de acesso à terra [...] são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais” (SAUER, 2003, p. 17). Trata-se, portanto, da construção e amadurecimento do “sentir-se camponês” enquanto classe.

A participação nas mobilizações e lutas pela posse da terra produz uma renovação das representações e valores das pessoas acampadas e assentadas. Esta renovação não se reduz a uma atualização momentânea – como resultado, por exemplo, da unidade exigida pelo contexto de privações, ameaças e medo dos acampamentos – mas em resignificações que modificam representações e a própria consciência das pessoas. O envolvimento nas lutas é um processo social que possibilita a reorganização das diversas representações, provocando alterações da percepção da própria identidade. Isto possibilita também uma reconstrução da consciência de sujeito, baseada na conquista do direito ao trabalho e no significado simbólico da produção (SAUER, 2003, p. 17).

Dessa forma a luta pela terra está além da distribuição de terras, mesmo que essa seja a principal finalidade, a construção da identidade e das relações de trabalho e sociais tipicamente camponesas também passam pelo processo de luta.

LUTA E RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA

Um dos principais objetivos da reforma agrária é descontração fundiária por meio da redistribuição de terras, sendo os assentamentos fruto dessa política. O Assentamento Santo Antônio da Fartura, localizado no município de Campo Verde – MT, aparece como importante abastecedor da demanda hortifrutigranjeira de Cuiabá, além de outros municípios próximos, como Campo Verde, Jaciara, Rondonópolis e Várzea Grande. 55% dos moradores do assentamento vivem com a renda exclusiva da terra; os outros 45% incrementam a renda com ganhos advindos de aposentadoria, funcionalismo público, atravessadores, integração com avicultura e outros serviços temporários (DONINI et al, 2009). Tais números fizeram com que o Santo Antônio da Fartura fosse considerado “assentamento modelo” pela mídia local (BELLE, 2016).

Porém chegar a esse patamar não foi nada fácil, os assentados tiveram de passar por uma séria de dificuldades durante o acampamento e os dois primeiros anos após a implantação do assentamento. Como mostram os relatos à seguir:

“Deixei a minha casa com todo conforto, energia, água encanada, banheiro decente. Lá eu morei em barraco de palha, sem energia, sem água, sem



banheiro decente, sem o mínimo conforto, ficamos na dificuldade. Vela, como eu disse pra você, cheguei a reciclar, cozinhar só na lenha, não tinha condição de comprar um botijão de gás. [...] Chega uma hora, você trabalha demais sem ver resultado e se alimenta muito mal, por falta de condições de comer bem. Por exemplo, você quer comer uma carne, comer uma coisa diferente, um jantar ou almoço diferente no domingo, às vezes você não tem. É aquele costumeiro do dia a dia. Um arroz, feijão, ovo, a carne é uma raridade. Então assim, eu cheguei a pesar 45 kg, por trabalhar demais e alimentar mal” (Assentado, 48 anos).

A presença de animais peçonhentos também era comum durante os primeiros anos:

“Morávamos em barraco de palha, barraquinho. Tinha cobra debaixo do travesseiro, lençol. Cobra saía andando nas palhas. Uma vez cheguei aqui a noite, fui visitar minha filha, quando cheguei aqui pra arrumar a cama, sacudi o lençol, depois quando levantei o travesseiro do meu marido, uma roda de boca de capanga (jararaca) debaixo do travesseiro. Tem muita cobra aqui, demais. Aqui ficou muito bom, porque de primeiro era sofrido” (Assentada, 67 anos).

A falta de produtos básicos, requeria a contante ida à Campo Verde (35 km de distância até a sede do município):

“Moramos 4 anos em barraco de palha e sem energia. [...] Alguns não conseguiram se manter. Era difícil porque eu tinha 2 crianças pequenas na época, um deles tinha 4 meses quando viemos pra cá. Aqui não tinha nada, tudo tinha que ir para Campo Verde. Vieram os recursos, mas tivemos que lutar muito, meu marido muitas vezes dormiu na entrada no assentamento pra evitar que outros invadissem” (Assentada, 49 anos).

Mesmo com todas as dificuldades, os assentados já produziam antes mesmo da implantação oficial do assentamento. Como mostra a figura.

“Quando começou, a vida foi dura. Primeiro, o pessoal entrou aqui. Quando o pessoal saiu da BR e entrou, eu entrei junto na fazenda. Aí ficamos acampados. Eu fiquei uma temporada acampado, quase dois anos acampado... nós já estávamos fazendo a rocinha. O fazendeiro deixou a gente fazer as rocinhas. Depois, cortamos a terra, o pessoal todo sem dinheiro, um ajuda um pouco, outro ajuda outro pouco. O INCRA não dava força pra quem não tinha legalizado ainda. Nós pagamos para cortar tudinho. Dividimos os lotes, mas depois o INCRA veio, fez a medição e modificou” (Assentado, 66 anos).



Figura 1 - Plantação de feijão pelos ocupantes.



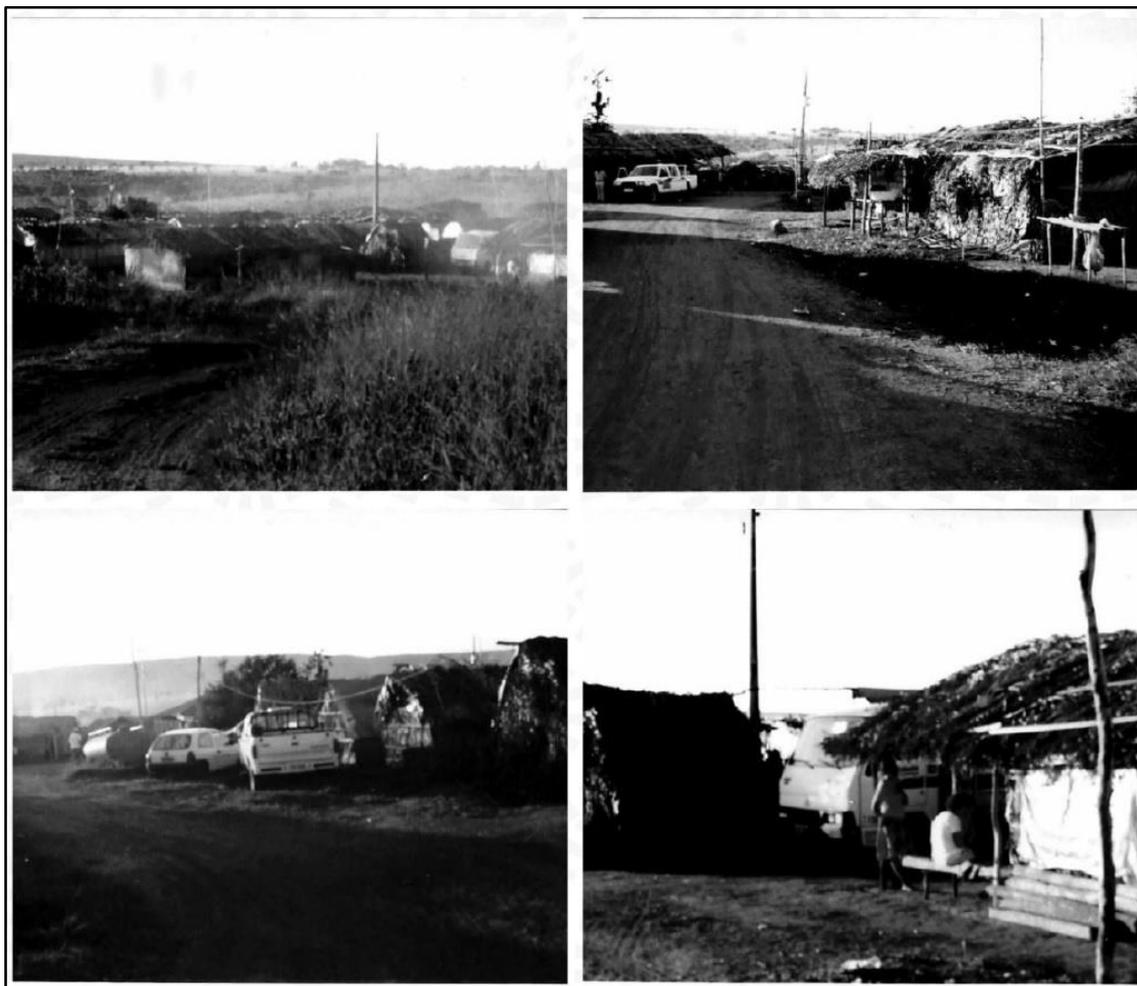
Fonte: Incra (2001). Autor: Desconhecido (1999).

A saída do acampamento (figura 2) para os lotes foi realizada durante a madrugada e de forma conturbada, segundo relatos:

“A mão-de-obra foi a maior dificuldade. Quando saiu o lote, cada um caçou seu rumo, porque se não entrasse, outro entrava. Meu primeiro barraquinho foi aquele beira chão. Lembro que era umas 4 horas da manhã quando disseram que a gente tinha que desocupar o acampamento. Iriam colocar fogo em tudo, para ninguém ficar lá, era para cada um ir para o seu lote” (Assentada, 55 anos).



Figura 2 - Colagem de fotos do acampamento em 1999.



Fonte: Incra (2001). Autor: Desconhecido (1999).

Os atos de solidariedade e ajuda mútua, inerentes do camponês, foram essenciais para que pudessem permanecer na terra:

“[...] Assim, tinha um grupo de pessoas aqui, o *católico* e o *japonês* que começaram a plantar tomate, e ajudou muito o pessoal na alimentação. Iam para a cidade, pediam doações lá, e vinham com o caminhãozinho com cesta básica e doava pro pessoal. Isso ajudou muito, ajudou pra caramba, até me arrepiar quando lembro disso que aconteceu, tinha gente passando fome, eles chegaram e ajudaram bastante” (Assentado, 47 anos).

Percebe-se pelos relatos que os primeiros anos são de muito pauperismo, os assentados não possuem recursos financeiros para construir sua casa e iniciar a produção agropecuária. Restam a eles aguardar pelo acesso ao crédito fundiário e assim alcançar a estabilidade. É importante mencionar que parte dos assentados do Santo Antônio da Fartura entrevistados foram contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da



Agricultura Familiar (PRONAF), o que contribuiu de forma significativa com a estabilização dos assentados.

“[...] O Inca ajudou bastante, nós recebemos PRONAF... o Inca que eu digo é o governo, né, custeio, fomento e habitação. Isso aí foi uma bênção pra quem estava há quatro anos esperando sem uma expectativa. Isso aí pra nós foi uma grande realização. Conseguimos através disso aí. Os que ficaram, estabilizaram [...] veio o PRONAF... comprou gado, comprou um triturador, comprou uma irrigação, arrumou a casa, né. Na realidade uma casa pequena, mas pra quem tava num barraco... E aquele sonho de ter uma energia também foi realizado. Então, assim, a partir desse momento, desses benefícios aí, a vida de muita gente mudou, melhorou até a autoestima” (Assentado, 48 anos).

Outro assentado conclui:

“A partir do momento que a gente recebeu o PRONAF, em 2002. A gente tinha muita dificuldade por conta de estrada. Eu plantava aqui, mas não conseguia vender porque não chegava carro aqui. Aí tinha um atravessador, ficava difícil. Muitas vezes o pessoal reclama, mas aqui nesse assentamento só passa fome quem não tem coragem de trabalhar” (Assentada, 55 anos).

Diante dos relatos, percebe-se que a política de crédito toma grande importância para que os assentados possam manter-se na terra. No Santo Antônio da Fartura foram citados pelos assentados o acesso ao PRONAF, custeio, fomento, habitação. Assim as famílias puderam construir uma casa e sair do barraco, comprar equipamentos para produzir, entre outras coisas. Foi o momento de estabilização dos assentados. Em dado relato, um assentado refere-se aos créditos adquiridos como “uma bênção”.

Assim, o Assentamento Santo Antônio da Fartura é fruto do processo de luta de trabalhadores sem-terra. Estes não estiveram visculados a qualquer movimento socioterritorial. A organização foi feita pelo “boca-a-boca”, apenas existia um líder responsável pela representação e pelos trâmites legais. Segundo relatos, esse líder ao saber que antiga Fazenda Santo Antônio da Fartura cumpria os requisitos para ser destinada à reforma agrária, passou a chamar as pessoas que moravam nas comunidades da redondeza, muitas delas arrendatárias.

A REALIDADE ATUAL DO ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA

As dificuldades enfrentadas fizeram que muitos abandonassem durante as fases de ocupação e acampamentos, sendo a realidade marcada por uma alta rotatividade de personagens na luta pela terra. Durante os primeiros anos de implantação do



assentamento, a realidade não foi muito diferente, as relações de sociabilidade encontradas durante o acampamento tendem a diminuir. Esse evento ocorre devido a imposição de os assentados estarem inseridos num contexto mercantil, o qual a Terra passa a ganhar uma visão mercantil, os agentes em torno disso são o Estado, o Plano Nacional de Reforma Agrária e, em alguns casos, as lideranças dos movimentos de luta pela terra. O assentado, inicialmente, não possui recursos financeiros suficientes, o que torna inviável inserir-se nesse circuito mercantil imediatamente. Além da falta de recursos financeiros, em alguns casos, também há falta de experiência em lidar com a terra (SILVA, 2004).

Tais dificuldades ficaram para trás. A necessidade de recorrer ao trabalho acessório e a existência de lotes a venda ainda estão presentes no assentamento. Porém, o que é observado de modo geral é o sentimento ter “dado a volta por cima” e de pertencimento com a terra. Conforme mostram os relatos:

[...] a terra aqui pra gente é tudo. Nossa, se não fosse nós em cima de um pedaço de chão, o *trem tava feio*. E aprendi aqui, teve muitos cursos técnicos ali naquela escola agrotécnica que ajudou muito também, e assim foi ensinando e fazendo o manejo junto. Até a hora que o pessoal deslançou e tá aí até hoje. Sobrevivendo aí (Assentado, 47 anos).

[...] Pra mim, hoje, (a terra) significa tudo, porque você imagina, é uma vida ali, né. Então dali eu tiro o sustento da minha família. Criei meus filhos lá [...] Então, eu estou lá. Já tô controlado. Tenho minha casa que é boa. Tenho muita fruteira produzindo. Tenho muita criação. Então ali, meu amigo, quem chega, as pessoas que vão ali passear, igual um amigo meu que mora em São Paulo, quando chega ali, se apaixona. Porque o lugar é muito bonito. O clima é muito bom, né. Bem localizado [...] pra mim, o assentamento lá é tudo (Assentado, 48 anos).

Dessa forma, o Assentamento Santo Antônio da Fartura revela a capacidade de transformação social por meio da reforma agrária. O caráter meramente compensatório e a falta de importância dada a essa política pelos governos federais ao longo da história torna a luta e a resistência características imprescindíveis para a conquista do território camponês. No assentamento em questão é possível observar a luta e a mudança vivida por meio dos relatos orais, como diz uma assentada “depois de tudo que passei aqui, não reclamo de nada. Se vejo alguém reclamando, fico é braba” (Assentada, 49 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Assentamento Santo da Fartura mostrou a realidade de parte do campesinato brasileiro, que dedica parte de sua vida, enfrentando as mais diversas dificuldades, para ter acesso a um pedaço de terra. As dificuldades durante o acampamento e os primeiros anos após a implantação do assentamento foram muitas. Há relatos de fome; presença de animais peçonhentos; desistência, pois nem todos foram capazes de continuar devido aos infortúnios encontrados. Durante a fase de acampamento, ainda há o risco constante de despejo, muitas vezes realizada com truculência por forças do Estado.

Contudo, o que se vê hoje em dia é um forte sentimento de enraizamento pelos assentados. Todos eles demonstram um grande apreço pela terra. Não que as dificuldades não existam, mas nada comparado ao que já passaram. Hoje, muitos adquiriram certa estabilidade financeira e melhoraram sua condição de vida, deixando, assim, as maiores adversidades no passado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. K. S. **Análise do modo de vida camponesa no assentamento Santo Antônio da Fartura – Campo Verde-MT**. 2019. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019

BELLE, D. Escola do Assentamento de Santo Antônio da Fartura poderá homenagear Ramiro José Lourenço. **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 3 de maio de 2016. Disponível em:
<<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/35/deputado/escola-do-assentamento-de-santoantonio-da-fartura-podera-homenagear-ramiro-jose-lourenco/visualizar>>. Acesso em 28 de jun de 2021.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese - **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. **Lei n. 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 18 de jun de 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em: 18 de jun de 2021.



DONINI et al. Diagnóstico preliminar da agricultura familiar no Assentamento Santo Antônio da Fartura. **Resumos do VI CBA e II CLAA**, 2009.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social Revista Sociologia**, USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999.

PEREIRA, T. G. N. **O MST e as políticas de reforma agrária no Governo Lula: relatos orais pela conquista e pela permanência na terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Marília, p. 173, 2016.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In*: Becker, B. K; SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. São Paulo: Lamparina, 2007, p. 13-21.

SAUER, S. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. Campinas/SP: Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia realizado de 01 a 05 de setembro de 2003 na Universidade de Campinas – UNICAMP.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303.